



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº-032/2015.

Consultante: Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG.

Sr. Paulo Soares Moreira.

Assunto: DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PÚBLICOS.

NECESSIDADE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA.

EMENTA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. BENS PÚBLICOS. Doação. Necessidade de Autorização Legislativa. Bens Móveis. Doação Gratuita. Cláusula condicional. Gravame. Possibilidade.

1. DO RELATÓRIO:

1.1. O r. projeto de lei de nº-032/2015(PLO 032/2015), trata de intenção de doação de bens públicos móveis(blocos) para calçamento e melhoramento de vias e praças.

1.2. A Lei Orgânica Municipal (LOM) em seu art. 14 e 17 prevê a competência para administrar e alienar os bens públicos.

1.3. Fora consultada a Lei Orgânica Municipal, bem como a justificativa apresentada pelo Poder Executivo e a Lei Federal de nº-8666/93.

1.4. Nos termos do relatório, passo a opinar.

Guilherme da Silva Ordóñez
Consultor Legislativo - Advogado
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG
OAB-MG 100663



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

2. DOS FUNDAMENTOS:

2.1.1. No que tange a iniciativa esta está prontamente atendida uma vez que o PLO nº-032/2015, emana de órgão competente para tanto, nos termos do art. 11, X, bem como do art. 15 da LOM.

2.1.2. Já no que tange a autorização, esta deve ser concedida pela Casa Legislativa, nos termos do art. 67, inciso IX da LOM.

2.1.3. A Administração Pública no uso de suas faculdades deverá sempre zelar pelos bens municipais, os quais assim estão definidos no art. 14:

Art. 14. Constituem bens municipais todas as coisas, móveis e imóveis, direitos e ações, que, a qualquer título, pertençam ao Município.

2.1.4. Nesse sentido a definição por si só, já trás um conceito muito amplo, acampano todos os bens, "coisas", móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título pertençam à municipalidade.

2.1.5. A administração dos bens públicos, bens constantes do patrimônio do município sejam móveis e imóveis, estão sob a guarda e responsabilidade da Administração ou a alguém por esta delegada em raras exceções.

2.1.6. Todavia, caso seja necessário ou de notório interesse público a alienação de bens, sejam estes móveis e imóveis, é indispensável a autorização legislativa.

2.1.7. Tal autorização possui escopo constitucional de que seja referendado o ato pela população, por intermédio de seus representantes legítimos.

2.1.8. A autorização é medida de conferir legitimidade e transparência ao ato de alienação, para que o patrimônio público não seja dilapidado ao bem prazer do Administrador.

2.1.9. A autorização legislativa vem expressa no art. 17, assim determinando:

Art. 17. São inalienáveis os bens públicos edificados ou não edificados, sem prévia autorização legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

2.1.10. Com efeito, será nula de pleno direito a alienação firmada sem autorização do legislativo sobre o ato administrativo praticado ditatorialmente.

2.1.11. A LOM exige ainda que para alguns casos seja firmada avaliação prévia do bem.

2.1.12. O objeto do r. projeto versa sobre a alienação/doação de bens móveis não há a obrigatoriedade na LOM, pelo menos a "*prima facie*" de avaliação prévia.

2.1.13. Todavia, mesmo necessitando da autorização legislativa para a efetivação da alienação, é prescindível também a hasta pública em alguns casos.

2.1.14. Cumpre mencionar que no caso ora estudado não será necessária à hasta pública nos termos do art. 17, §2º:

Art. 17. (...).§ 2º A alienação de que trata este artigo, procederá mediante hasta pública, salvo quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, para entidades assistenciais e doações.

2.1.15. No caso em comento, a doação terá como beneficiário o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Antônio da Henriqueta da Matinha, um conselho municipal facilmente reconhecido como entidade assistencial.

2.1.16. Cumpre mencionar que apenas para bens públicos imóveis é que é imprescindível a avaliação prévia, a licitação e a aprovação legislativa, nos termos fixados no art. 17, §1º:

Art. 17. (...).

§ 1º. A alienação de bem imóvel público edificado depende de avaliação prévia, licitação e aprovação legislativa.

2.1.17. No âmbito municipal não há pelo menos "*prima facie*" legislação específica sobre a alienação de bens móveis, entretanto firma a Lei Federal de nº-8666/93, em seu art. 17, II, e letra "a", alguns procedimentos sobre alienação de bens públicos, em especial os móveis:

Guilherme da Silva Ordones
Consultor Legislativo - Advogado
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG
OAB-MG 100663



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

2.1.18. Assim apuramos que não há na LOM, disposição sobre a necessidade de avaliação dos bens, todavia a Lei Geral de Licitações fixa que possuindo interesse público, estará dispensada a realização de licitação, mantendo apenas a obrigatoriedade de avaliação prévia.

2.1.19. O art. 1º da LCC (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), assim fixa:

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2.1.20. Nesse sentido, tem-se ainda a obrigação de zelo pelos bens públicos municipais, no que versa o art. 19 da LOM:

Art. 19. Os bens do Patrimônio Municipal devem ser cadastrados, zelados e tecnicamente identificados, especialmente as edificações de interesse administrativo, as terras públicas e a documentação dos serviços públicos, anualmente atualizados.

Guilherme da Silva Ordonez
Consultor Legislativo - Advogado
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG
OAB-MG 100563



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

2.2. DOS DISPOSITIVOS VERSADOS NO TEXTO LEGAL:

2.2.1. No que versam os dispositivos traçados no r. projeto de nº-32/2015, alguns merecem ressalva, bem como uma análise mais acurada.

2.2.2. O art. 2º do r. projeto assim prevê:

Art. 2º. O objeto da presente doação terá a exclusiva finalidade de serem utilizados no calçamento do acesso e Praça da Comunidade da Matinha.

2.2.3. Contudo para uma melhor redação, assim propomos:

Art. 2º. O objeto desta doação terá como finalidade exclusiva o calçamento do acesso e da praça da Comunidade da Matinha.

2.2.4. O art. 3º do r. projeto assim prevê: *

Art. 3º. No ato da entrega dos materiais a entidade beneficiária assinará o correspondente recibo e declaração de estar ciente de que não poderá em hipótese alguma, dar destinação diversa ao material recebido, nem tampouco promover a sua alienação, cessão ou repasse para terceiros.

2.2.5. Contudo para uma melhor redação, assim propomos:

Art. 3º. No ato da entrega dos materiais, assinará pela entidade beneficiária o seu representante, um recibo dos bens entregues e uma declaração de ciência de que não poderá dar destinação diversa da finalidade exclusiva ao art. 2º, nem tampouco promover a alienação onerosa ou gratuita a outrem.

2.2.6. O §1º do art. 3º, vem nos seguintes termos:

Art. 3º. (...).

§1º. Constatado o descumprimento das disposições desta Lei, a entidade responsável ficará proibida de obter novos benefícios junto ao Município, sem prejuízo do recolhimento do material indevidamente utilizado.

2.2.7. O dispositivo mencionado vem traçar uma penalidade pelo descumprimento, todavia é desproporcional e fere dispositivo constitucional.

2.2.8. O dispositivo constitucional que vem ferir é o art. 5º, inciso XLVII da

CR/88:

Guilherme da Silva Ordones
Consultor Legislativo - Advogado
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG
OAB-MG 100663



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

XLVII - não haverá penas:

a) (...).

b) de caráter perpétuo;

2.2.9. Nesse interim a fixação de proibição de obter novos benefícios é extremamente desproporcional e desarrozoada, ferindo princípio constitucional, segundo o qual não haverá penas de caráter perpétuo, pelo sugerimos que o r. dispositivo seja readequado fixando-se um prazo máximo da proibição de obter novos benefícios ou até mesmo rejeição.

2.2.10. O §2º do art. 3º vem assim transcrito:

Art. 3º. (...).

§2º. Caso o conselho donatário não venha assentar os bloquetes no prazo de seis (06) meses a contar da entrada em vigor desta Lei, retornará, obrigatoriamente, o bem doado ao patrimônio público sem qualquer ônus para o doador.

2.2.11. O artigo citado trata da cláusula de reversão, uma vez que não utilizando o bem este retornará ao patrimônio do doador.

2.2.12. Entretanto o dispositivo mencionado fixa prazo e deixa a dúvida se o prazo é para o início das obras ou para a finalização das mesmas, pois menciona que “....não venha a assentar os bloquetes no prazo de seis (06) meses...”. Seriam todos os blocos que foram doados?

2.2.13. Com efeito, obras, construções em geral não estão ao “*bel*” prazer dos construtores, bem como a da Administração, estas sofrem intempéries, tais como: a ocorrência de chuvas, falta de mão de obra, falta de máquinas para a execução do serviço, etc.

2.2.14. Nesse diapasão, cabe uma maior reflexão sobre o dispositivo citado (§3º art. 3º), com o escopo de proteger a entidade, para que posteriormente não venha esta a ser prejudicada, pois se estará a exigir algo que poderá ficar além de suas forças e de seu controle.

Guilherme da Silva Ordonez
Consultor Legislativo - Advogado
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG
OAB-MG 100663



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: camaracarmodoparanaiba@hotmail.com - Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

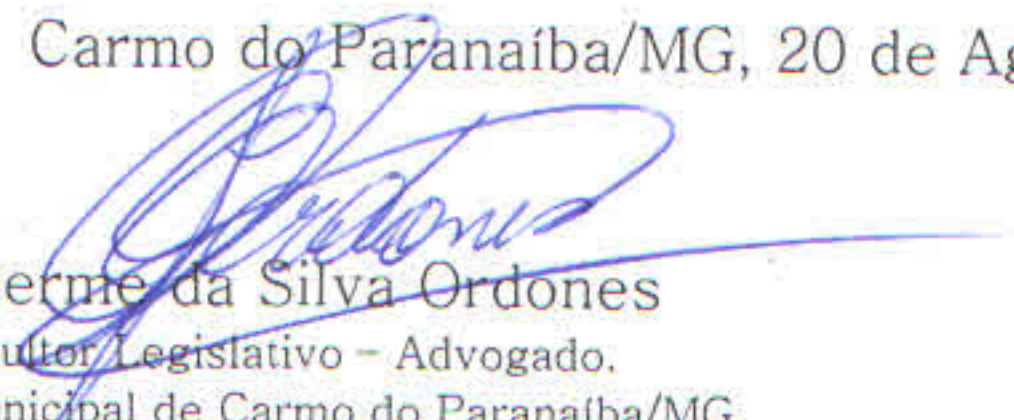
2.2.15. Tal postura emerge no instante em que ao criar um dispositivo condicionado, uma “*cláusula de reversão*”, poderá onerar a instituição beneficiada, proibindo-a de auferir outros benefícios dessa natureza posteriormente junto a Administração Pública, os quais se digam “são esporádicos”, pois pelo que se pode observar não é sempre que são retirados tais blocos para recapeamento das vias.

3. CONCLUSÃO:

3.1. Nesse sentido, temos que a iniciativa está prontamente atendida, no que tange a deflagração do processo legislativo, bem como quanto ao órgão que deve deliberar sobre a matéria, autorizando ou não a doação de bem público móvel a r. entidade beneficiada, a LOM (Lei Orgânica Municipal) não determina a avaliação prévia para ‘bens públicos móveis’, entretanto a Lei Federal de nº-8666/93, em seu art. 17, II, “a” determina avaliação prévia para bens dessa natureza; as sugestões de emendas de redação nos itens de nº-2.2.3. e 2.2.5., podem ou não ser acatadas pelo plenário; no que tange a proibição de obter novos benefícios eternamente, ao nosso crivo é inconstitucional, ferindo o art. 5º, XLVII, da CF/88, ao final temos ainda que o §2º do art. 3º carece de maior reflexão, todos os pontos abordados constantes do r. projeto colocado a deliberação nesta Edilidade, colocando-nos a disposição para novo parecer, caso requisitado, após suprir os pontos mencionados.

3.2. Neste diapasão, S.M.J., é o nosso parecer, que trazemos ao crivo de Vossa Excelência: Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG, e comissões para apreciação.

Carmo do Paranaíba/MG, 20 de Agosto de 2015.


Guilherme da Silva Ordones
Consultor Legislativo - Advogado.
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG.
OAB/MG 100.663.